mesmo tempo, responder rapidamente ao aumento das exportações. A sua relevância fica mais transparente à medida que se incrementa a abertura de mercado.

No entanto, a análise do balanço dos anos 90 indica um desinvestimento líquido na mecanização agrícola brasileira, cenário este oposto ao da maioria dos demais mercados, inclusive dos países-membros do Mercosul.

Em 1996 o nível de investimentos na mecanização agrícola brasileira alcançou o mais baixo volume dos últimos 27 anos. O ano corrente está sendo marcado pelo início da recuperação das vendas e, aparentemente, de forma consistente, embora ainda aquém do volume necessário até mesmo para a simples renovação da frota.

As perdas nas colheitas de grãos causadas pelo uso de colheitadeiras obsoletas e desgastadas, muitas delas já próximas de 20 anos de trabalho, comprometem a busca da eficiência.

Por outro lado, as exportações de tratores, colheitadeiras e implementos estão apresentando um bom crescimento e deverão aproximar-se de US$900 milhões neste ano. É interessante, também, o aumento da diversificação dos mercados para os quais estão sendo destinados esses produtos.

Crédito

A descapitalização do agricultor e as suas causas conduziram a um distanciamento entre o campo e o sistema financiador.

Muitos esforços têm sido feitos e alguns resultados conseguidos com o desenho de melhores condições para financiar investimentos. No entanto, a engenharia financeira tem frustrado as expectativas ora do agente financeiro, ora do empresário rural e, não raras vezes, de ambos.

Carga tributária

Apenas o PIS, o Cofins e o ICMS já são responsáveis por uma diferença de preço de 17% se comparado o mesmo produto quando adquirido, por exemplo, no Brasil e no Uruguai.

As nossas dificuldades logísticas, o custo do capital de giro e a inexistência de planejamento de longo prazo completam o chamado custo Brasil.

Perspectivas

O FNA tem muitas propostas que seguramente conseguirão dar uma grande contribuição à melhoria do sistema Brasil no âmbito do agribusiness. Mais do que simples propostas, parece que o diálogo entre a área privada e a pública está sendo exercitado com maior abrangência e fluidez. Aí pode estar o melhor caminho para nossa atuação na economia globalizada.

Fórum Nacional da Agricultura - FNA

Programa de renda real

Em articulação com os GTs Tecnologia e de Grãos (soja, milho e sorgo), está sendo implementado o Programa Renda Real em quatro regiões — RS, PR, GO e MT — e quatro produtos — arroz, milho, soja e sorgo. O Programa visa a elevar a renda do produtor, mediante a redução das perdas na colheita, e será implementado segundo o conceito de qualidade total da agricultura, funcionando como um *show room*, onde os resultados são copiados em outras regiões e adaptados para outros produtos. Este é um resultado palpável e efetivo do FNA.

GRUPO TEMÁTICO CULTURAS DE INVERNO

Uma nova fase da agricultura

RUI POLIDORO PINTO

As culturas de inverno representam aproximadamente 5% do total da produção de grãos no Brasil. O trigo, embora tenha tido sua produção diminuída ao longo dos anos, continua mantendo uma expressiva participação no agribusiness. Na última safra, com 3,3 milhões de toneladas produzidas, gerou o montante de R$495 milhões, somente computando-se o valor da produção, sem levar em conta o que é gerado nos setores secundário e terciário da economia. Estima-se que a ca-

RUI POLIDORO PINTO é presidente da Fecotrigo e coordenador do Grupo Temático Culturas de Inverno.



deia trigo seja responsável pela manutenção de 100 mil empregos diretos, durante os seis meses de plantio de inverno, gerando uma quantia significativamente superior de empregos indiretos, considerando uma área em torno de apenas 1,5 milhão de hectares cultivados.

Entendemos que o Brasil não pode abrir mão de sua produção de trigo e das demais culturas graníferas de inverno, pelas seguintes razões:

a) obviamente, para não depender integralmente de importações, que acarretam dispêndios de divisas e prejudicam nossa balança comercial;

b) o país, por sua diversidade de clima e solo, bem como sua pesquisa genética bastante adiantada, reúne condições privilegiadas para essa produção, que possibilita duas safras agrícolas ao ano, em flagrante vantagem sobre muitas nações;

c) as culturas de inverno são fundamentais para a redução de custos de produção das de verão, pela utilização do mesmo parque de máquinas, instalações e outros fatores produtivos;

d) por serem indispensáveis no processo de controle da erosão de nossos solos agrícolas pela cobertura vegetal que oferecem no período de concentração de chuvas, especialmente na região Sul;

e) por termos, somente para a cultura de trigo, disponibilidade superior a 10 milhões de hectares, com tecnologias disponíveis e já testadas, para cultivo deste cereal.

O produtor vem fazendo a sua parte. Estamos, dentro do Grupo Temático Culturas de Inverno, delimitando em cinco anos o prazo para alcançarmos a produção equivalente a 50% das nossas necessidades de trigo, dentro de uma visão racional que busca redução de custos e melhoria da qualidade e da produtividade, bem como a manutenção do desenvolvimento de toda a cadeia tritícola, pelas suas implicações econômico-sociais.

Mas isso apenas não basta. É preciso que o governo dê sua parcela de contribuição mediante o estabelecimento de medidas técnico-políticas firmes, que nos possibilitem fazer frente ao processo de abertura comercial atualmente em vigência, não afrontando nossos parceiros do Mercosul, mas mantendo as necessárias salvaguardas para competirmos em igualdade no ambiente globalizado. No entendimento de nosso grupo, o governo não pode se preocupar somente em contemplar outros setores da produção nacional quando pensa em termos de bloco econômico, embora estes tenham a sua importância. Não se pode descuidar da produção agrícola, de maior complexidade em termos de pesquisa tecnológica e assistência técnica, sendo também mais vulnerável à ação da natureza.

Compreendemos e aceitamos a atual realidade da economia mundial, que exige competitividade e agilidade mercadológica. O Brasil precisa encontrar formas de proteger sua atividade produtiva primária com tecnologias e capitais não inferiores aos países que hoje detêm a vanguarda dos processos produtivos. Torna-se imprescindível, nesse sentido, a reativação do Conselho Nacional de Política Agropecuária (CNPA), com voz e voto junto aos escalões decisórios governamentais, sendo investido, para tanto, da necessária legitimidade de representação.

Precisamos evoluir para o Estado moderno, ágil e menos oneroso, que não fique ausente na irreversível participação nos blocos econômicos, mas posicionando-se de maneira não-caudatária aos interesses econômicos dos setores mais fortes, sejam externos ou internos, de modo a preservar o equilíbrio de distribuição de renda.

Temos absoluta convicção de que o FNA tem todas as condições para estabelecer um processo de articulação de nossa política agrícola e dos agronegócios nacionais. Como? Por sua atuação como grupo representativo dos mais diferentes segmentos, agrupados em 34 Grupos Temáticos diferentes, que, no seu somatório, têm buscado apresentar, com uma visão integrada, as causas dos problemas e, sobretudo, as projeções para o futuro, de forma abrangente e realista, com sugestões e propostas que irão dar sustentação à nova política agrícola brasileira.

Esse grande conjunto que é o FNA, partindo da visão particularizada no âmbito geográfico, conceitual e fático, propõe uma síntese que vem a ser o projeto político para essa nova fase da agricultura nacional.

Caberá, num segundo momento, contarmos com a sensibilização, o apoio e principalmente a decisão do Congresso Nacional para que tenhamos de fato a sonhada nova política agrícola para o país e as medidas adequadas, oportunas e de caráter permanente.